

## GOVERNO FEDERAL

Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

<b>Data</b>	<b>Ato</b>	<b>Assunto</b>
17/03/2020	Portaria MEC nº 343	Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19.
01/04/1990	Medida Provisória nº 934	Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.
28/04/2020	Parecer CNE/CP Nº 5	Orientações para reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19
30/04/2020	Súmula do Parecer CNE/PC nº 5	Aprovação das Diretrizes propostas no Parecer nº5
18/08/2020	Lei Federal nº 14.040	Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.
06/10/2020	Parecer CNE/CP nº 15/2020	Diretrizes Nacionais para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública.

### LEGENDA:

**MEC** = Ministério da Educação

**CNE** = Conselho Nacional de Educação

**CP** = Conselho Pleno